



PROCESSO N.º 2215/10

PROTOCOLO N.º 10.750.200-9

PARECER CEE/CEB N.º 65/11

APROVADO EM 10/02/11

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

INTERESSADA: SEED/GS

MUNICÍPIO: CURITIBA

ASSUNTO: Consulta sobre a regularização dos atos escolares praticados nos cursos de Educação Profissional, expansão 2009 a 2011, sem ato autorizatório.

RELATOR: ROMEU GOMES DE MIRANDA

## I – RELATÓRIO

A Secretaria de Estado da Educação, pelo Ofício n.º 4554/10-GS/SEED, de 04 de novembro de 2010, consulta sobre a regularização dos atos escolares praticados nos cursos de Educação Profissional, dos estabelecimentos de ensino estaduais, expansão dos anos de 2009 a 2011, iniciados anteriormente à expedição do ato autorizatório, apresentando a seguinte justificativa:

O Departamento de Educação e Trabalho, responsável pela Educação Profissional na Secretaria de Estado da Educação, foi contemplado desde 2008 com financiamento de laboratórios, máquinas e equipamentos, construção, ampliação e reforma de escolas, compra de acervo bibliográfico e capacitação docente, por meio do Programa Brasil Profissionalizado criado pelo Governo Federal.

O Estado do Paraná ao ser contemplado com verbas do Ministério da Educação, através do referido Programa, iniciou em 2009/2011 o Processo de Expansão da Oferta do Ensino Profissional, na Rede Pública Estadual de Ensino, que foi discutido regionalmente com a comunidade.

A Secretaria de Estado da Educação, no Plano de Trabalho apresentado para obtenção dos Recursos Federais disponibilizados, comprometeu-se em iniciar imediatamente a expansão da Educação Profissional garantindo, assim, o atendimento às demandas educacionais dos estudantes.

A orientação da SEED/DET, para os Núcleos Regionais de Educação – NRE e conseqüentemente para os Colégios envolvidos, sempre foi de que o Credenciamento e Autorização ocorresse no ano anterior ao início do curso, como preconiza a Deliberação n.º 09/06-CEE, pela qual os mesmos estariam regularizados no momento da oferta. No entanto a SEED/DET, quando aprovou a demanda dos cursos solicitados, não deixou completamente esclarecido este encaminhamento e o entendimento dos Colégios foi de que estavam autorizados e, sendo assim, realizaram a mobilização das comunidades locais e regionais. Naquele momento também ocorreram mudanças no calendário de matrícula da Educação Profissional, que foi adiantada para mês de setembro o que ocasionou ainda mais problemas, pois o argumento foi de que precisavam fazer a previsão dos cursos.



PROCESSO N° 2215/10

Salientamos que os Colégios da Rede Pública são Instituições Públicas e Gratuitas, portanto não visam nenhum tipo de lucro, e a intenção foi a de atender demandas solicitadas pela comunidade formada por trabalhadores e filhos de trabalhadores, que veem nestes cursos uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho.

Outro fator que impediu maior agilidade na elaboração e tramitação dos Processos, foi o período de adequação dos Cursos de Educação Profissional ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, Deliberação n.º 04/08-CEE e Deliberação n.º 03/08-CEE.

Assim sendo, solicitamos a esse Conselho Estadual de Educação, uma orientação para a regularização dos Cursos de Educação Profissional, expansão dos anos de 2009 a 2011, dos Estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, iniciados anteriormente à expedição do Ato de Autorização para o Funcionamento.

Sugerimos que isto possa ocorrer no Ato de Reconhecimento dos referidos cursos, para que os alunos não sejam prejudicados tanto na vida escolar como profissional, uma vez que o nosso objetivo sempre foi o de atender a comunidade paranaense da melhor forma possível.

## II – VOTO DO RELATOR

Face ao exposto, a regularização dos atos escolares dos cursos de educação profissional, expansão dos anos de 2009 a 2011, ficará condicionada à apresentação, na ocasião do pedido de reconhecimento, de manifestação da Coordenação de Documentação Escolar/SEED, atestando a execução do plano de curso tal como foi autorizado nos respectivos Pareceres.

É o Parecer.

## DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica aprova, por unanimidade, o Voto do Relator.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2011.

Romeu Gomes de Miranda  
Presidente do CEE

Maria Luiza Xavier Cordeiro  
Presidente da CEB